

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - Questões de 1 a 20

Para responder a essas questões, identifique APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque a letra correspondente na Folha de Respostas.

LÍNGUA PORTUGUESA — Questões de 1 a 8

QUESTÕES de 1 a 3

Texto:

Linguagem clara aproxima o poder público do cidadão

A comunicação entre o poder público e a população não se completa com a simples divulgação de uma informação. Para cumprir sua finalidade, a mensagem precisa ser compreendida por quem necessita dela. Por isso, a linguagem simples procura apresentar o conteúdo de modo claro, direto e organizado, sem eliminar informações necessárias nem tratar o cidadão de maneira infantilizada.

- 5 Em documentos, avisos e orientações, a escolha de palavras conhecidas, a organização das ideias e a apresentação inicial das informações mais importantes facilitam o acesso aos serviços públicos. Essa forma de comunicação também pode reduzir dúvidas, erros e retrabalho no atendimento.

Comunicar com clareza, portanto, não significa apenas encurtar textos. Significa considerar as necessidades do destinatário e criar condições para que ele compreenda a informação, tome decisões e exerça seus direitos.

- 10 Nesse sentido, uma mensagem pública só alcança plenamente seu objetivo quando se transforma em informação efetivamente acessível.

BRASIL. **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos**. Linguagem simples. Brasília, DF: Portal do Servidor, [s.d.]. Disponível em: <gov.br/servidor>. Acesso em: 27 jul. 2026. Adaptado.

QUESTÃO 1

A reflexão desenvolvida no texto sustenta que a qualidade da comunicação pública depende, fundamentalmente,

- A) da simplificação lexical dos documentos, desde que sejam mantidas as informações indispensáveis ao cidadão.
- B) da adequação da mensagem às condições de compreensão do destinatário, de modo que a informação possa produzir efeitos concretos em sua relação com o poder público.
- C) da redução da extensão dos textos administrativos, associada à apresentação imediata das orientações consideradas prioritárias.
- D) da substituição da linguagem técnica por formas mais usuais de expressão, a fim de ampliar a proximidade entre servidores e população.
- E) da organização objetiva das informações públicas, ainda que a interpretação final permaneça sob responsabilidade exclusiva do destinatário.

QUESTÃO 2

Ao distinguir linguagem simples de mera redução textual, o texto estabelece que a clareza na comunicação pública resulta

- A) da eliminação de informações acessórias, ainda que essa escolha limite a autonomia interpretativa do cidadão.
- B) da substituição de construções formais por estruturas informais, desde que a mensagem se torne mais próxima do leitor.
- C) da concentração das informações em enunciados breves, capazes de reduzir o tempo necessário para sua leitura.
- D) da articulação entre seleção lexical, organização das ideias e consideração das necessidades do destinatário, sem prejuízo do conteúdo necessário.
- E) da apresentação inicial das informações principais, independentemente da forma como os demais conteúdos sejam organizados.

No último parágrafo, o emprego da expressão "portanto" contribui para a organização do texto porque

- A) introduz uma ressalva à ideia de que a linguagem simples favorece o acesso do cidadão às informações públicas.
- B) estabelece uma conclusão decorrente dos argumentos apresentados anteriormente, reforçando que a clareza depende da compreensão efetiva da mensagem.
- C) acrescenta uma informação independente das ideias anteriores, ampliando a discussão sobre a comunicação entre o Estado e a população.
- D) exemplifica uma situação específica em que a linguagem simples pode ser utilizada na elaboração de documentos oficiais.
- E) retoma uma informação mencionada no início do texto para enfatizar a importância da redução da extensão dos textos administrativos.

QUESTÕES de 4 a 6

Texto:

Inclusão digital: acesso, autonomia e segurança

Nas últimas décadas, a ampliação dos serviços digitais transformou a forma como cidadãos acessam informações, solicitam documentos, realizam pagamentos e utilizam diversos serviços públicos e privados. Essa mudança trouxe mais rapidez e ampliou as possibilidades de comunicação entre instituições e sociedade. Entretanto, o simples crescimento da oferta desses serviços não garante que todas as pessoas consigam utilizá-los de maneira efetiva.

A exclusão digital permanece como um desafio em diferentes regiões do país. Além da falta de acesso à internet ou a equipamentos adequados, muitas pessoas encontram dificuldades para compreender o funcionamento das plataformas, identificar informações confiáveis ou utilizar ferramentas digitais com autonomia. Fatores como escolaridade, renda, idade e desigualdades sociais influenciam diretamente essa realidade.

Outro aspecto relevante é o aumento dos golpes praticados por meios eletrônicos. Mensagens falsas, páginas fraudulentas e tentativas de obter dados pessoais exigem que os usuários desenvolvam habilidades para reconhecer situações de risco e proteger suas informações. Nesse contexto, promover inclusão digital significa ampliar o acesso às tecnologias, fortalecer o letramento digital e incentivar práticas de segurança que permitam o exercício pleno da cidadania na sociedade contemporânea.

BRASIL. **Secretaria Nacional do Consumidor** (SENACON). Orientações sobre prevenção a fraudes e golpes digitais. Brasília, DF. Adaptado.

A argumentação desenvolvida no texto permite concluir que a inclusão digital

- A) depende principalmente da ampliação da infraestrutura tecnológica, pois o acesso aos equipamentos e à internet constitui condição suficiente para que os cidadãos utilizem os serviços digitais com autonomia.
- B) relaciona-se ao acesso às tecnologias, mas pressupõe também o desenvolvimento de competências para utilizar recursos digitais de forma crítica, segura e compatível com as demandas da vida em sociedade.
- C) tornou-se uma consequência natural da expansão dos serviços digitais, reduzindo progressivamente as desigualdades relacionadas ao uso das tecnologias da informação.
- D) concentra-se na prevenção de golpes eletrônicos, uma vez que os problemas decorrentes da falta de acesso às tecnologias tendem a desaparecer com a digitalização dos serviços públicos.
- E) resulta prioritariamente da capacidade individual de adaptação às novas tecnologias, independentemente das condições sociais, econômicas e educacionais dos diferentes grupos da população.

Considere o trecho:

"Além da falta de acesso à internet ou a equipamentos adequados, muitas pessoas encontram dificuldades para compreender o funcionamento das plataformas, identificar informações confiáveis ou utilizar ferramentas digitais com autonomia."

Sem alteração relevante do sentido original e em conformidade com a norma-padrão, esse trecho pode ser reescrito como:

- A) A dificuldade para compreender as plataformas e identificar informações confiáveis impedem que muitas pessoas tenham acesso à internet e obtenham equipamentos adequados.
- B) Embora muitas pessoas tenham dificuldades para compreender as plataformas digitais, a falta de acesso à internet e a equipamentos adequados favorece o uso autônomo dessas ferramentas.
- C) Às limitações de acesso à internet ou a equipamentos adequados somam-se, para muitas pessoas, dificuldades de compreender as plataformas, identificar informações confiáveis e utilizar ferramentas digitais com autonomia.
- D) A falta de acesso à internet e a equipamentos adequados são decorrentes das dificuldades que muitas pessoas apresentam para compreender as plataformas e utilizar ferramentas digitais.
- E) Muitas pessoas encontram dificuldades para compreender as plataformas digitais, de modo que o acesso à internet e a equipamentos adequados deixam de contribuir para sua autonomia.

Considerando sua forma de organização, a linguagem empregada e a finalidade comunicativa, o texto caracteriza-se como predominantemente expositivo porque

- A) apresenta orientações sequenciadas para que o leitor reconheça mensagens fraudulentas e execute procedimentos de proteção de seus dados pessoais.
- B) comunica uma ocorrência recente relacionada aos serviços digitais, situando os fatos no tempo e identificando os agentes envolvidos no acontecimento.
- C) expõe aspectos da inclusão digital e articula informações para ampliar a compreensão do leitor sobre um problema de interesse coletivo.
- D) regulamenta o acesso da população aos serviços digitais, estabelecendo obrigações para os usuários e responsabilidades para as instituições públicas.
- E) relata uma experiência individual de exclusão digital, empregando impressões pessoais para aproximar o leitor das dificuldades enfrentadas pelo narrador.

QUESTÕES 7 e 8

Texto:



BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Um por Todos e Todos por Um! Pela Ética e Cidadania: Cidadania (tirinha)**. Brasília: Controladoria-Geral da União; Ministério da Educação 2013. Material educativo produzido em parceria com o Instituto Maurício de Sousa. Disponível no programa Um por Todos e Todos por Um! (UPT).

QUESTÃO 7

A construção do humor na tirinha decorre principalmente do fato de que uma das personagens

- A) demonstra desconhecer completamente o significado dos conceitos de direito e dever apresentados pelos colegas.
- B) interpreta a ideia de cidadania de forma incoerente, ao reivindicar como direito um interesse exclusivamente pessoal.
- C) modifica o tema da conversa para discutir a importância da alimentação saudável durante a convivência escolar.
- D) questiona a necessidade de preservar a limpeza dos espaços públicos diante das dificuldades enfrentadas pelos cidadãos.
- E) reconhece a importância do cumprimento dos deveres, mas argumenta que eles devem ser exigidos apenas dos adultos.

QUESTÃO 8

Na sequência das falas, a passagem das expressões “nossos direitos”, “nosso direito” e “nosso dever” para “o meu direito” contribui para

- A) associar o exercício da cidadania ao cumprimento de regras coletivas, mas desconsidera a existência de direitos individuais nas relações sociais.
- B) reconhecer a importância dos deveres públicos, porém entende que a manutenção dos espaços comuns depende prioritariamente da atuação do Estado.
- C) valorizar o respeito às normas sociais, mas substitui a cooperação entre os cidadãos pela cobrança de comportamentos individuais.
- D) considerar a limpeza dos espaços públicos uma responsabilidade compartilhada, embora rejeite a participação de crianças nesse processo.
- E) deslocar a discussão do plano coletivo para o interesse particular, produzindo o efeito crítico que encerra a tirinha.

* * *

QUESTÃO 9

Considerando as seguintes regras estabelecidas em um setor administrativo acerca da participação de servidores em um curso de capacitação:

- Todo servidor que participa do curso entrega o relatório final.
- Nenhum servidor que deixa de entregar o relatório recebe certificado.
- O servidor X participou do curso.

Nessas condições, identifique a conclusão logicamente necessária:

- A) O servidor X recebeu certificado.
- B) O servidor X entregou o relatório final.
- C) Todo servidor que entrega o relatório participou do curso.
- D) Nenhum servidor sem certificado participou do curso.
- E) Apenas servidores certificados participam do curso.

QUESTÃO 10

Em uma ação de fiscalização, uma empresa foi autuada com multa de R\$ 2.000,00. A norma aplicável estabelece que em caso de pagamento após o vencimento, incide acréscimo de 10% sobre o valor da multa e se o pagamento ocorrer, ainda assim, à vista no prazo de regularização, aplica-se desconto de 20% sobre o valor já acrescido.

Considerando que a empresa efetuou o pagamento após o vencimento, mas à vista dentro do prazo de regularização com direito ao desconto, o valor final pago foi de:

- A) R\$ 1.600,00
- B) R\$ 1.760,00
- C) R\$ 1.800,00
- D) R\$ 1.960,00
- E) R\$ 2.160,00

QUESTÃO 11

Em uma operação de manutenção urbana, 6 equipes, com 4 agentes em cada uma, realizam a limpeza de 18 ruas em 5 dias, trabalhando 6 horas por dia. Mantidas as mesmas condições de produtividade individual, se a administração passar a contar com 8 equipes, com 3 agentes em cada uma, trabalhando 10 dias e 9 horas por dia, o número de ruas que poderão ser limpas será:

- A) 36
- B) 45
- C) 48
- D) 54
- E) 60

QUESTÃO 12

Um valor utilizado em determinado serviço municipal sofreu duas alterações sucessivas: inicialmente, recebeu um acréscimo de 20% sobre o valor original; em seguida, foi reduzido em 20% sobre o valor já reajustado.

A afirmação de que essas alterações fazem o valor retornar ao seu montante inicial está

- A) correta, pois percentuais iguais de acréscimo e redução anulam seus efeitos.
- B) correta, pois a redução de 20% incide sobre o valor original.
- C) incorreta, pois o valor final corresponde a 80% do valor inicial.
- D) incorreta, pois o valor final corresponde a 100% do valor inicial.
- E) incorreta, pois o valor final corresponde a 96% do valor inicial.

* * *

QUESTÃO 13

Durante o processo de informatização dos serviços de uma Prefeitura Municipal, a equipe técnica da Diretoria de TI realizou o inventário dos recursos computacionais utilizados pelos agentes de fiscalização. No relatório final, foram listados os seguintes elementos:

1. Monitores operacionais e coletores eletrônicos de dados de campo;
2. Sistemas operacionais e aplicativos de emissão de autos de infração;
3. Discos rígidos e unidades de armazenamento dos servidores da prefeitura.

Ao classificar esses elementos segundo a arquitetura básica de computadores, o técnico responsável concluiu corretamente que

- A) os itens 1 e 3 constituem hardware, por serem componentes físicos, enquanto o item 2 constitui software, por representar os componentes lógicos e programas.
- B) os itens 1 e 2 constituem hardware, por estarem diretamente acessíveis ao usuário, enquanto o item 3 constitui software, por ficar restrito ao ambiente de servidor.
- C) o item 1 constitui hardware, o item 2 constitui software e o item 3 é uma categoria intermediária que não se enquadra nas definições clássicas da informática.
- D) os itens 2 e 3 constituem software, por se relacionarem ao processamento e armazenamento de dados, enquanto o item 1 constitui hardware.
- E) os três itens constituem software, pois todos dependem de rotinas de processamento lógicas para operar no ambiente municipal.

QUESTÃO 14

Os navegadores de internet desempenham papel central na mediação entre o usuário e os conteúdos disponíveis na rede, sendo responsáveis por interpretar códigos, gerenciar conexões e armazenar informações que influenciam a experiência de navegação, como cache, cookies e dados de sessão.

KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. **Redes de computadores e a Internet**: uma abordagem top-down. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2013. Adaptado.

Considere que um usuário acessa repetidamente um sistema online por meio de um navegador. Após realizar alterações em seu perfil na plataforma, percebe que, ao retornar posteriormente, as informações exibidas continuam desatualizadas, mesmo após novo acesso ao sistema. Ao tentar acessar a mesma página em outro navegador, as informações aparecem corretamente atualizadas.

Considerando o funcionamento dos navegadores de internet, a ação adequada para resolver o problema descrito no primeiro navegador consiste em

- A) desativar a conexão com a internet e reiniciar o navegador, forçando a atualização automática dos dados armazenados.
- B) limpar os dados de navegação, incluindo cache e cookies, de modo a eliminar versões armazenadas localmente da página.
- C) alterar o mecanismo de busca padrão do navegador, garantindo que a página seja carregada a partir de servidores atualizados.
- D) instalar uma extensão de segurança no navegador, impedindo o carregamento de conteúdos desatualizados.
- E) modificar o endereço da página acessada, substituindo o protocolo HTTP por HTTPS para garantir a atualização das informações.

QUESTÃO 15

A segurança da informação em ambientes digitais envolve a identificação de ameaças que exploram tanto vulnerabilidades técnicas quanto comportamentos dos usuários. Ataques contemporâneos frequentemente combinam engenharia social, manipulação de credenciais e mecanismos automatizados de coleta de dados, tornando insuficiente a adoção de medidas isoladas de proteção.

STALLINGS, William. **Criptografia e segurança de redes: princípios e práticas**. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017. Adaptado.

Considere a seguinte situação: um servidor público recebe um e-mail aparentemente enviado por um serviço institucional conhecido, solicitando a atualização urgente de sua senha sob pena de bloqueio de acesso. O e-mail contém um link que direciona para uma página visualmente idêntica ao portal oficial. Após inserir suas credenciais, o usuário percebe que não houve qualquer atualização no sistema. Dias depois, sua conta é utilizada para envio de mensagens indevidas a outros usuários da instituição.

A análise técnica da situação descrita, considerando os mecanismos envolvidos no incidente, indica que

- A) ocorreu a ação de um vírus que, ao ser executado automaticamente pelo navegador, capturou as credenciais do usuário sem necessidade de interação direta.
- B) houve falha no sistema de criptografia da instituição, permitindo que a senha fosse interceptada durante sua transmissão legítima.
- C) trata-se de um ataque de phishing, no qual o usuário foi induzido a fornecer suas credenciais em uma página fraudulenta.
- D) o incidente decorre exclusivamente da fragilidade da senha utilizada, sendo irrelevante a origem do link acessado pelo usuário.
- E) trata-se de um ataque de negação de serviço, no qual o sistema foi sobrecarregado, resultando no comprometimento das contas institucionais.

Durante a rotina administrativa, um servidor recebeu por e-mail a solicitação de encaminhar ao setor competente um relatório acompanhado de fotografias, planilhas e um documento em PDF. Antes do envio, organizou os arquivos, adotou nomes que permitiam identificá-los e conferiu se correspondiam aos documentos solicitados.

Para encaminhar corretamente os arquivos e preservar a organização da comunicação, o servidor deve

- A) criar uma nova mensagem, anexar os documentos e excluir o e-mail da pasta “Enviados” após confirmar o encaminhamento.
- B) responder à mensagem recebida, manter o assunto e o histórico, identificar os documentos anexados, conferir os destinatários e preservar o e-mail enviado.
- C) responder à solicitação e incluir no campo “Com cópia” todos os endereços institucionais conhecidos, facilitando o acesso aos documentos.
- D) encaminhar os arquivos ao remetente da solicitação, mesmo que outro setor tenha sido indicado como destinatário, deixando-lhe a distribuição interna.
- E) substituir o assunto original por uma expressão genérica e retirar o histórico da mensagem, permitindo sua utilização em outros encaminhamentos.

* * *

QUESTÃO 17

Considere que durante a tramitação de pedidos de licença administrativa no Poder Executivo municipal, um servidor efetivo responsável pela conferência documental recebeu de um vereador a solicitação de que determinado processo fosse analisado antes dos demais, sob o argumento de que o interessado havia colaborado com atividades comunitárias promovidas pelo parlamentar.

O vereador acrescentou que, por integrar um dos Poderes do Município, poderia orientar diretamente o trabalho do servidor. Não havia previsão legal de prioridade para o processo nem ordem formal expedida pela chefia administrativa competente.

A partir da organização dos Poderes, os princípios da Administração Pública e os deveres funcionais do servidor, a conduta correta consiste em

- A) atender à solicitação, porque o vereador exerce função pública representativa e possui legitimidade para intervir na organização interna dos serviços municipais.
- B) encaminhar o processo para análise prioritária, desde que registre nos autos que a providência decorreu de solicitação formulada por membro do Poder Legislativo.
- C) manter a tramitação segundo os critérios administrativos aplicáveis aos demais processos, recusar a interferência funcional indevida e comunicar a ocorrência à autoridade competente.
- D) suspender imediatamente todos os processos semelhantes até que o Poder Legislativo delibere formalmente sobre os critérios de prioridade administrativa.
- E) cumprir a orientação do vereador e, posteriormente, solicitar à chefia do órgão a convalidação da alteração da ordem de análise.

QUESTÃO 18

Análise o dispositivo a seguir, extraído da Lei Orgânica do Município de Riachão do Jacuípe:

Art. 7º-B. Ao Município incumbe, na sua órbita de atuação, concretizar os objetivos expressos na Constituição da República Federativa do Brasil, dentre eles, a eleição de representantes para o Legislativo e para o Executivo, em responsabilidade e transparência de ação, garantindo amplo acesso dos meios de comunicação aos atos e informações, bem como a participação, fiscalização e controle popular, nos termos desta Lei Orgânica.

RIACHÃO DO JACUIPE (BA). Lei Orgânica do Município de Riachão do Jacuípe. Republicação. Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Riachão do Jacuípe. 2018.

A compreensão do dispositivo permite concluir que a transparência da atuação municipal tem como finalidade principal

- A) assegurar a ampla divulgação dos atos administrativos, atribuindo aos meios de comunicação a responsabilidade institucional pela fiscalização permanente da gestão pública.

- B) possibilitar o acesso às informações públicas e favorecer a participação da sociedade no acompanhamento, na fiscalização e no controle da atuação do Município.
- C) garantir que o controle da Administração Pública seja exercido prioritariamente pelos representantes eleitos, cabendo à população acompanhar os resultados divulgados pelos órgãos públicos.
- D) condicionar a participação popular na fiscalização dos atos administrativos à autorização prévia da autoridade competente, preservando a organização interna da Administração.
- E) restringir os mecanismos de controle popular aos atos praticados pelo Poder Legislativo, por ser este o órgão diretamente representativo da população.

QUESTÃO 19

Considere que em razão do aumento da demanda por vagas na educação infantil, a Prefeitura do Município instituiu um programa para ampliar o atendimento às crianças em idade pré-escolar. Durante uma reunião administrativa, um servidor afirmou que a manutenção desses programas depende exclusivamente dos recursos financeiros municipais, não sendo admitida qualquer forma de cooperação entre os entes federativos.

Outro servidor discordou da afirmação e fundamentou seu entendimento no seguinte dispositivo da Lei Orgânica do Município de Riachão do Jacuípe:

Art. 8º. Compete ao Município prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras atribuições:

VII – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e ensino fundamental.

RIACHÃO DO JACUIPE (BA). Lei Orgânica do Município de Riachão do Jacuípe. Republicação. Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Riachão do Jacuípe. 2018.

Considerando o dispositivo apresentado, a conduta administrativa adequada deve

- A) manter os programas de educação pré-escolar e ensino fundamental, admitindo a cooperação financeira da União e do Estado.
- B) manter os programas de ensino infantil e fundamental, uma vez que a educação pré-escolar constitui atribuição exclusiva do Estado.
- C) buscar cooperação financeira da União e do Estado somente quando houver autorização prévia da Câmara Municipal.
- D) transferir à União a responsabilidade pela manutenção dos programas de educação pré-escolar e ensino fundamental.
- E) restringir a cooperação entre os entes federativos aos casos de insuficiência financeira do Município, por se tratar de medida excepcional.

Os princípios constitucionais da administração pública estão previstos no caput do artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Eles estabelecem que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes e de todos os entes federativos deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A partir da compreensão desses princípios da administração pública, considere que uma unidade municipal responsável pela análise de licenças e autorizações, em uma auditoria, identificou aumento expressivo do tempo de espera e ausência de informações públicas sobre a tramitação dos requerimentos e tratamentos distintos entre interessados em situações semelhantes.

Para reorganizar o serviço, a direção da unidade municipal apresentou as seguintes medidas:

- I. adotar sistema eletrônico de triagem que respeite a ordem cronológica e as prioridades previstas em lei, utilizando critérios objetivos previamente divulgados;
- II. disponibilizar painel público com prazos médios, critérios de análise e situação dos processos, preservados os dados pessoais e as informações legalmente protegidas;
- III. inserir no painel eletrônico o nome, a fotografia e o slogan institucional da autoridade responsável pela modernização do serviço;
- IV. autorizar os servidores a dispensar documentos obrigatórios quando considerarem relevante o interesse econômico ou social do requerente;
- V. estabelecer metas de redução do prazo de análise e revisar os fluxos de trabalho, sem eliminar etapas ou exigências estabelecidas pela legislação.

Após examinar os efeitos jurídicos e administrativos do conjunto de propostas, a comissão responsável deverá adotar as medidas

- A) I, III e V, pois a divulgação da autoridade responsável atende à publicidade, enquanto a definição de metas concretiza a eficiência administrativa.
- B) II, IV e V, pois a transparência dos processos e a busca por resultados autorizam a flexibilização de exigências formais em situações consideradas socialmente relevantes.
- C) I, IV e V, mantendo reservadas as informações sobre critérios e prazos até a conclusão dos processos, para evitar interferências externas na atuação administrativa.
- D) I, II e V, pois a melhoria dos resultados deve observar critérios legais e objetivos, transparência institucional, ausência de promoção pessoal e tratamento impessoal dos interessados.
- E) II, III e V e substituir a ordem cronológica por classificação definida pela direção, pois a eficiência permite priorizar requerimentos com maior impacto econômico para o Município.

* * *

GUARDA CIVIL MUNICIPAL

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - Questões de 21 a 45

Para responder a essas questões, identifique APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque a letra correspondente na Folha de Respostas.

QUESTÃO 21

Considere que durante uma atividade de formação, a equipe da Guarda Civil Municipal elaborou o seguinte painel para orientar decisões em patrulhamento preventivo:



O painel foi elaborado com base nos princípios mínimos de atuação das guardas municipais previstos na Lei nº 13.022/2014, entre os quais se encontram a proteção dos direitos fundamentais, a preservação da vida, o patrulhamento preventivo, o compromisso com a evolução social da comunidade e o uso progressivo da força.

A interpretação institucional adequada das diretrizes apresentadas no painel é a de que a atuação da Guarda Civil Municipal deve

- A) privilegiar a imposição imediata da autoridade estatal, utilizando a força desde o início da intervenção sempre que houver desobediência a uma ordem legítima.
- B) concentrar-se na proteção do patrimônio municipal, cabendo a outros órgãos a preservação da vida, a proteção das liberdades públicas e a prevenção de conflitos.
- C) articular prevenção, proteção de direitos e preservação da vida, reservando o uso da força ao nível necessário e compatível com o risco ou a resistência verificada na ocorrência.
- D) evitar qualquer intervenção que possa restringir temporariamente direitos individuais, ainda que exista risco concreto à integridade de terceiros ou ao funcionamento de serviços municipais.
- E) substituir a atuação preventiva pela repressão imediata sempre que houver notícia de possível infração, ainda que a situação possa ser controlada por comunicação e mediação.

QUESTÃO 22

Considere que, durante um patrulhamento preventivo, a Guarda Civil Municipal foi acionada para verificar a depredação de equipamentos de uma praça pública. Ao chegar ao local, a equipe identificou que a situação estava controlada e acionou os órgãos competentes para as providências necessárias, preservando o espaço público e orientando os frequentadores sobre a utilização adequada do local.

A atuação descrita está em conformidade com as competências específicas atribuídas às guardas municipais pela Lei nº 13.022/2014 porque evidencia que a Guarda Civil Municipal

- A) exerce atribuição exclusiva de investigação criminal, podendo instaurar procedimentos para apuração dos fatos e responsabilização dos envolvidos.

- B) atua na proteção preventiva dos bens, serviços e instalações do Município, podendo colaborar com os demais órgãos competentes no exercício de suas atribuições, sem substituí-los.
- C) possui competência para exercer todas as funções de polícia judiciária relacionadas aos crimes praticados contra o patrimônio público municipal.
- D) restringe sua atuação à vigilância patrimonial, não podendo orientar a população nem desenvolver ações preventivas voltadas à preservação dos espaços públicos.
- E) somente pode intervir após determinação expressa da autoridade policial, ainda que o patrimônio público esteja sob risco imediato.

QUESTÃO 23

A Secretaria Municipal de Segurança Pública reuniu dados de diferentes áreas urbanas para orientar o patrulhamento preventivo da Guarda Civil Municipal.

Área	Nível de registros recentes de ocorrências	Característica do local
Praça Central	Baixo	Grande circulação de pessoas e realização de eventos
Parque Municipal	Médio	Atividades esportivas e permanência prolongada de usuários
Terminal Rodoviário	Alto	Fluxo intenso, embarque e desembarque de passageiros
Escola Municipal	Médio	Concentração de estudantes nos horários de entrada e saída
Centro Administrativo	Baixo	Atendimento ao público e funcionamento de serviços municipais

Considerando o patrulhamento preventivo e as competências da Guarda Civil Municipal, a utilização adequada dessas informações consiste em

- A) definir postos fixos nas áreas com maior número de registros, mantendo o mesmo emprego de equipes durante todo o período, para assegurar continuidade e padronização da presença institucional.
- B) distribuir as equipes de forma proporcional ao número de usuários de cada espaço, utilizando o fluxo de pessoas como critério principal para estabelecer as prioridades operacionais.
- C) intensificar abordagens nas áreas com maior incidência de ocorrências, tomando os registros anteriores como referência suficiente para identificar pessoas e comportamentos potencialmente associados a novos ilícitos.
- D) combinar os registros de ocorrências com os horários de maior circulação, as vulnerabilidades do espaço e a natureza dos serviços existentes, ajustando a presença das equipes para prevenir riscos e evitar o agravamento de conflitos.
- E) concentrar a atuação nos locais em que existam bens ou instalações municipais, encaminhando aos órgãos policiais as situações relacionadas à proteção de pessoas e à convivência nos espaços públicos.

QUESTÃO 24

Durante uma ação integrada em um evento realizado em espaço público municipal, a Guarda Civil Municipal identificou uma situação que exigia a participação de diferentes serviços públicos. Havia necessidade de organizar o fluxo de pessoas, prestar atendimento a uma pessoa ferida, controlar o trânsito nas vias próximas e verificar possível prática de infração penal.

Considerando as competências institucionais dos órgãos envolvidos e os princípios de atuação integrada previstos para a segurança pública, a Guarda Civil Municipal deve

- A) organizar sua atuação em conjunto com os órgãos e serviços competentes, compartilhar as informações relevantes, adotar as medidas inseridas em sua esfera de atribuições e contribuir para a articulação das providências necessárias ao atendimento da ocorrência.

- B) assumir a condução geral da ocorrência, distribuindo funções aos demais órgãos públicos envolvidos conforme a avaliação operacional realizada pela equipe municipal.
- C) concentrar sua intervenção na proteção dos bens municipais, deixando as demais providências sob responsabilidade dos órgãos estaduais e dos serviços de emergência.
- D) aguardar a definição das medidas pelos órgãos policiais, evitando adotar providências próprias enquanto não houver orientação da autoridade responsável pela investigação.
- E) encaminhar todas as informações à autoridade policial e encerrar sua participação após a preservação inicial do local, ainda que permaneçam riscos relacionados ao fluxo de pessoas.

QUESTÃO 25

O esquema representa o fluxo de atuação integrada em uma ocorrência de grande impacto envolvendo diferentes órgãos públicos.



Apartir das diretrizes de integração previstas na Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e a atuação institucional da Guarda Civil Municipal, o fluxograma apresentado evidencia que a atuação integrada busca

- A) estabelecer coordenação entre instituições com competências distintas, favorecendo o compartilhamento de informações, a atuação cooperativa e a adoção de medidas complementares voltadas à proteção da população.
- B) permitir que o órgão presente em primeiro lugar na ocorrência assuma a condução integral das providências operacionais, redistribuindo posteriormente as atividades entre as demais instituições participantes.
- C) organizar uma cadeia hierárquica única entre todos os órgãos envolvidos, concentrando a tomada de decisões operacionais durante o atendimento da ocorrência.

- D) definir previamente a distribuição das atribuições institucionais de forma uniforme para qualquer ocorrência, reduzindo a necessidade de adaptações conforme a evolução dos fatos.
- E) reunir diferentes órgãos em uma mesma operação para ampliar a capacidade de resposta administrativa, preservando a autonomia decisória de cada instituição quanto ao compartilhamento de informações produzidas durante a ocorrência.

QUESTÃO 26

Durante um patrulhamento preventivo em um parque municipal, uma equipe da Guarda Civil Municipal foi acionada após relatos de discussão entre frequentadores. Ao chegar ao local, os agentes constataram que não havia risco iminente à integridade física das pessoas, mas observaram um grupo registrando a atuação da equipe por meio de telefones celulares.

Com base na atuação dos agentes públicos e os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, a conduta mais compatível com a ordem constitucional consiste em

- A) solicitar a interrupção das gravações até a conclusão da ocorrência, preservando a tranquilidade da atuação administrativa e reduzindo o risco de divulgação de informações incompletas.
- B) não impedir o registro da atuação funcional, desde que a gravação não interfira no atendimento, comprometa a segurança da ocorrência ou viole direitos das pessoas envolvidas.
- C) restringir o registro de imagens sempre que a presença de equipamentos eletrônicos puder influenciar o comportamento dos envolvidos durante o atendimento da ocorrência.
- D) orientar os presentes a manter distância da equipe, recolhendo os equipamentos utilizados para gravação enquanto perdurar a intervenção operacional.
- E) conduzir os responsáveis pelas gravações para identificação formal, registrando posteriormente a conveniência da divulgação das imagens pelos interessados.

QUESTÃO 27

Em uma atividade de formação, foram apresentadas as seguintes afirmações acerca da posição constitucional das guardas municipais:

- I. A Constituição Federal autoriza os municípios a constituírem guardas destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.
- II. As guardas municipais integram o Sistema de Segurança Pública e podem exercer ações de segurança urbana, observadas as atribuições dos demais órgãos e os limites definidos em lei.
- III. O reconhecimento das guardas municipais como integrantes da segurança pública atribui a essas instituições as funções de polícia judiciária e de investigação criminal próprias das polícias civis.

Considerando a Constituição Federal e a interpretação firmada pelo Supremo Tribunal Federal, está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I e II, apenas.

QUESTÃO 28

Durante uma ação de orientação em um terminal urbano, uma equipe da Guarda Civil Municipal recebeu diversas solicitações de apoio. Entre elas, havia conflitos envolvendo comerciantes, pessoas em situação de rua, turistas e adolescentes que aguardavam transporte coletivo.

Ao definir a forma de atendimento das ocorrências, a equipe deve observar que a Constituição Federal determina que a atuação dos agentes públicos seja orientada, entre outros aspectos, pelo princípio da igualdade, o que implica

- A) adotar procedimentos compatíveis com as características de cada situação concreta, utilizando critérios objetivos e juridicamente relevantes para assegurar tratamento isonômico às pessoas atendidas.
- B) estabelecer prioridades de atendimento considerando o grau de vulnerabilidade social dos envolvidos, ainda que não exista relação entre essa condição e a natureza da ocorrência.
- C) aplicar procedimentos padronizados para todas as ocorrências, evitando diferenciações decorrentes das circunstâncias específicas de cada atendimento.
- D) definir a intensidade da intervenção conforme a percepção dos agentes acerca da probabilidade de novos conflitos no local, ainda que essa avaliação não esteja apoiada em elementos objetivos.
- E) priorizar o atendimento das situações que envolvam patrimônio público, deixando os demais casos para avaliação posterior conforme a disponibilidade operacional.

QUESTÃO 29

Após uma operação integrada da Guarda Civil Municipal, a Prefeitura divulgou, em seus canais oficiais, uma peça informativa contendo dados sobre a ação, orientações à população e imagens das equipes em serviço. Na arte, foram inseridos o nome e a fotografia de uma autoridade municipal, acompanhados de mensagem que lhe atribuía pessoalmente os resultados alcançados.

Considerando os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, a adequação dessa comunicação institucional exige

- A) manter a identificação da autoridade responsável pela gestão, desde que os dados divulgados correspondam aos resultados registrados pela Guarda Civil Municipal.
- B) preservar a fotografia da autoridade como elemento de transparência administrativa, substituindo a mensagem de reconhecimento por uma descrição das medidas adotadas.

- C) divulgar a peça nos canais institucionais com indicação dos agentes que participaram da operação, estabelecendo correspondência entre o desempenho funcional e os resultados apresentados.
- D) associar a comunicação à estrutura administrativa responsável pela operação, destacando as atribuições dos órgãos participantes e a supervisão exercida pela gestão municipal.
- E) retirar os elementos que personalizam os resultados e apresentar a ação com caráter educativo, informativo ou de orientação social, vinculando-a às instituições públicas responsáveis.

QUESTÃO 30

Em uma operação de fiscalização de áreas públicas, o comandante de uma equipe da Guarda Civil Municipal determinou a retirada de vendedores ambulantes de determinado logradouro. A medida foi fundamentada em norma municipal que disciplina o uso do espaço público. Durante a execução, constatou-se que alguns comerciantes possuíam autorização administrativa válida para exercer a atividade naquele local.

À luz dos princípios que regem a Administração Pública, a conduta adequada da equipe consiste em

- A) executar a ordem conforme recebida e orientar os comerciantes autorizados a solicitar posteriormente a revisão da medida perante o órgão municipal competente.
- B) suspender toda a operação até que a autoridade responsável analise individualmente a situação documental de cada pessoa presente no logradouro.
- C) retirar os comerciantes que apresentem autorização, registrando essa circunstância para que eventual prejuízo seja compensado administrativamente após a operação.
- D) verificar a validade e o alcance das autorizações apresentadas, restringindo a medida às situações abrangidas pela norma municipal e comunicando ao comando as circunstâncias que exijam reavaliação da ordem.
- E) manter no local os comerciantes que afirmem possuir autorização, encaminhando a conferência documental para momento posterior, a fim de reduzir conflitos durante a intervenção.

QUESTÃO 31

Durante o isolamento de uma área pública, um agente da Guarda Civil Municipal, conduzindo veículo oficial em serviço, realizou uma manobra sem observar a distância necessária e atingiu um automóvel estacionado regularmente. A apuração administrativa concluiu que o dano decorreu de conduta culposa do agente.

Com base na responsabilidade civil do Estado, a solução juridicamente adequada consiste em

- A) atribuir diretamente ao agente a obrigação de indenizar o proprietário, pois o Estado não responde por danos decorrentes de conduta culposa de seus servidores.
- B) afastar o dever de indenização do Município, uma vez que o agente atuava no exercício de atividade de segurança pública.

- C) reconhecer a responsabilidade objetiva do Município perante o proprietário prejudicado, sem prejuízo de ação regressiva contra o agente quando demonstrados dolo ou culpa.
- D) condicionar a indenização à condenação criminal do agente, pois a responsabilidade administrativa depende da comprovação de infração penal.
- E) dividir o valor do prejuízo entre o Município e o agente, independentemente da apuração da conduta funcional de cada envolvido.

QUESTÃO 32

O registro de uma ocorrência atendida pela Guarda Civil Municipal descreveu duas etapas da intervenção:

Etapas 1: um homem avançou contra outra pessoa portando uma faca. Um guarda municipal utilizou força física para interromper a agressão e afastar a arma.

Etapas 2: após soltar a faca, o agressor permaneceu no chão e obedeceu às determinações da equipe. Mesmo assim, o agente continuou a desferir golpes contra ele.

Considerando as causas de exclusão da ilicitude previstas no Código Penal, a análise juridicamente adequada da atuação do agente é a de que

- A) as duas etapas integram uma única ação defensiva, pois a agressão inicial permite a continuidade da força até a completa imobilização do autor.
- B) a primeira etapa caracteriza estrito cumprimento de dever legal, enquanto a segunda permanece amparada pela necessidade de garantir a condução do agressor.
- C) a intervenção constitui estado de necessidade, porque o agente escolheu preservar a integridade da vítima em detrimento da integridade do agressor.
- D) a reação permanece abrangida pela legítima defesa enquanto houver risco de retomada da agressão, cabendo ao agente definir a extensão temporal da medida segundo sua percepção operacional.
- E) a primeira etapa pode configurar legítima defesa de terceiro, mas a continuidade dos golpes após cessada a agressão pode caracterizar excesso, pelo qual o agente responderá conforme tenha atuado com dolo ou culpa.

QUESTÃO 33

Um servidor responsável pela fiscalização de autorizações municipais informou a um comerciante que poderia acelerar a análise de seu requerimento caso recebesse determinada quantia em dinheiro. O servidor apresentou o pagamento como contrapartida para antecipar a análise do requerimento.

Tendo como referência os crimes contra a Administração Pública, a conduta descrita caracteriza, em tese,

- A) prevaricação, porque o servidor retardou ato de ofício para atender a interesse pessoal.
- B) corrupção passiva, porque o servidor solicitou vantagem indevida em razão da função exercida.
- C) peculato, porque o servidor se apropriou de valor relacionado à atividade administrativa.

- D) concussão, porque o servidor retirou do comerciante a possibilidade de recusar a entrega da vantagem.
- E) advocacia administrativa, porque o servidor defendeu interesse privado perante a Administração.

QUESTÃO 34

Durante o atendimento de uma ocorrência, uma equipe da Guarda Civil Municipal conteve um homem suspeito de furto. Depois de cessada qualquer resistência, um dos agentes passou a agredi-lo e ameaçá-lo para que confessasse o fato e informasse onde estariam os objetos subtraídos. O responsável pela equipe presenciou a conduta e, embora pudesse interrompê-la, deliberadamente nada fez.

Com base na Lei nº 9.455/1997, que define os crimes de tortura, a análise juridicamente adequada da situação é a de que

- A) a conduta do agente configura somente infração disciplinar, pois o crime de tortura exige que a violência produza lesão corporal grave.
- B) a obtenção de informações sobre os objetos subtraídos afasta a ilicitude da conduta, por estar relacionada à recuperação do patrimônio da vítima.
- C) o emprego da violência permanece amparado pelo estrito cumprimento do dever legal, desde que existam indícios da participação do abordado no furto.
- D) o agente que empregou violência ou grave ameaça para obter a confissão pode responder por tortura, e aquele que se omitiu, tendo o dever de evitar a conduta, também pode ser responsabilizado.
- E) a responsabilização pela omissão somente seria possível se o responsável pela equipe tivesse participado diretamente das agressões praticadas.

QUESTÃO 35

Após uma discussão verbal em uma praça, um homem foi abordado e identificado pela Guarda Civil Municipal. A consulta realizada pela equipe não apontou mandado de prisão, e as pessoas presentes informaram que não houve agressão física nem dano ao patrimônio.

Apesar disso, um dos agentes decidiu conduzir o homem até a unidade operacional e mantê-lo no local por algumas horas, afirmando diante dos colegas que a medida serviria para “ensiná-lo a respeitar a autoridade”. Não foi indicada necessidade relacionada à identificação, à segurança da ocorrência ou à apresentação à autoridade competente.

Considerando os requisitos estabelecidos pela Lei nº 13.869/2019 para a configuração dos crimes de abuso de autoridade, a análise juridicamente adequada da conduta é a de que

- A) a condução é regular porque a preservação da autoridade institucional permite restringir temporariamente a liberdade após uma discussão em espaço público.
- B) a ausência de agressão física impede a incidência da Lei de Abuso de Autoridade, cuja aplicação depende da ocorrência de violência ou lesão corporal.
- C) a restrição da liberdade sem fundamento legal pode configurar abuso de autoridade quando a conduta estiver prevista na lei e for praticada com a finalidade específica exigida para o crime.

- D) a identificação do homem transfere à equipe a decisão sobre o tempo necessário de retenção, desde que seja posteriormente produzido um registro interno.
- E) a regularidade da medida depende da avaliação subjetiva do agente sobre o comportamento do abordado, ainda que não exista fundamento legal para a restrição.

QUESTÃO 36

Durante patrulhamento preventivo próximo a uma escola municipal, uma equipe da Guarda Civil Municipal observou que veículos estacionados junto à esquina reduziam a visibilidade entre motoristas e pedestres. No horário de saída dos estudantes, crianças atravessavam a via entre os automóveis, enquanto motocicletas realizavam conversões em velocidade incompatível com o fluxo local.

Diante da situação, a medida que melhor articula mobilidade urbana, prevenção de sinistros e proteção dos usuários da via é

- A) concentrar a fiscalização sobre os pedestres, orientando-os a aguardar a redução espontânea do fluxo de veículos antes de atravessar.
- B) bloquear a circulação na via durante todo o período escolar, mantendo o acesso restrito aos veículos dos servidores da unidade.
- C) deslocar o ponto de travessia para trecho mais distante da escola, mesmo que o novo percurso não possua acessibilidade ou sinalização adequada.
- D) manter a circulação existente e registrar a situação para análise posterior, evitando alterações temporárias que interfiram na rotina dos condutores.
- E) sinalizar o risco, adotar, no limite de suas atribuições, medidas temporárias de proteção do fluxo e acionar o órgão de trânsito para desobstruir a área de visibilidade e avaliar permanentemente a sinalização e as condições de travessia.

QUESTÃO 37

Durante patrulhamento em uma praça, uma equipe da Guarda Civil Municipal abordou um homem que apresentava comportamento agitado, gritava com pedestres e mantinha uma das mãos sob a roupa, na altura da cintura. Ao receber ordens claras para mostrar as mãos, ele inicialmente recusou, mas, após o diálogo conduzido pelos agentes, afastou-se das pessoas, levantou as mãos e passou a cumprir as orientações.

Considerando os princípios aplicáveis ao uso da força, a conduta operacional adequada consiste em

- A) realizar a imobilização do abordado, pois a resistência inicial e a manutenção da mão sob a roupa demonstram risco suficiente para conservar o nível de força previsto no início da intervenção.
- B) ajustar a intervenção à mudança de comportamento, manter vigilância e controle da situação e empregar força física caso surja resistência ou ameaça concreta que a torne necessária.
- C) encerrar a abordagem após o cumprimento das ordens, uma vez que a cooperação posterior afasta a necessidade de verificar as circunstâncias que motivaram a intervenção.

- D) utilizar instrumento de menor potencial ofensivo como medida preventiva, considerando que a agitação anterior pode evoluir para nova resistência durante a identificação.
- E) algemar o abordado antes de prosseguir com a verificação, pois a recusa inicial às ordens constitui fundamento operacional suficiente para restringir sua movimentação.

QUESTÃO 38

Após um sinistro sem vítima em uma avenida municipal, dois automóveis permaneceram imobilizados na faixa central. O fluxo de veículos aumentava rapidamente, pedestres tentavam atravessar entre os carros parados e havia risco de nova colisão na aproximação do local.

Tendo como referência a segurança viária e o controle inicial da ocorrência, a atuação adequada consiste em

- A) preservar a posição dos veículos até a conclusão dos procedimentos administrativos, sinalizando o local e desviando o fluxo para as faixas laterais.
- B) orientar a retirada dos veículos antes de sinalizar o local, considerando que a liberação da faixa central seria suficiente para eliminar os riscos da ocorrência.
- C) adotar medidas destinadas à redução dos riscos e ao restabelecimento da circulação, observadas as exigências legais aplicáveis à ocorrência.
- D) manter os veículos na posição em que se encontram e restringir a aproximação de pedestres até a chegada do órgão responsável pelo trânsito.
- E) interromper temporariamente a circulação nos dois sentidos, condicionando a liberação da pista ao registro da responsabilidade entre os condutores.

QUESTÃO 39

Uma equipe da Guarda Civil Municipal foi acionada simultaneamente para atender três situações em uma mesma região do Município:

- **Ocorrência 1:** colisão entre dois veículos, sem indícios de feridos, causando retenção parcial do trânsito.
- **Ocorrência 2:** discussão entre vizinhos, com relatos de ameaças recíprocas, mas sem informação de agressão física em andamento.
- **Ocorrência 3:** denúncia de que um homem estaria tentando arrombar a porta de uma residência, havendo notícia de que os moradores se encontravam no interior do imóvel.

Enquanto aguarda apoio de outras equipes, o comandante da guarnição deve definir a ordem inicial de atendimento.

Considerando os princípios do gerenciamento de ocorrências e da atuação operacional, a decisão mais adequada é

- A) deslocar a equipe inicialmente para a ocorrência de trânsito, pois o bloqueio parcial da via pode gerar novos acidentes e comprometer a mobilidade urbana.
- B) iniciar o atendimento pela discussão entre vizinhos, buscando evitar a escalada do conflito antes que ocorra qualquer agressão física.

- C) priorizar a denúncia de tentativa de arrombamento, diante da possibilidade de risco imediato à integridade das pessoas que se encontram no interior da residência, reorganizando posteriormente o atendimento das demais ocorrências.
- D) dividir a equipe para que parte dos agentes atenda a ocorrência de trânsito, enquanto os demais se deslocem para a tentativa de arrombamento, ampliando a cobertura operacional.
- E) permanecer em ponto intermediário até a confirmação de novas informações sobre as três ocorrências, reduzindo o risco de deslocamento desnecessário.

QUESTÃO 40

Após atender uma ocorrência em uma praça municipal, a equipe deveria comunicar os fatos à central e produzir o respectivo registro com base nas informações apuradas durante o atendimento.

Horário	Elemento registrado
18h20	Dois homens iniciaram uma discussão nas proximidades de um quiosque.
-	Durante o desentendimento, um deles empurrou o outro, que caiu e sofreu escoriação no braço.
-	A equipe interveio, separou os envolvidos e solicitou atendimento de saúde.
-	Uma testemunha declarou ter presenciado o empurrão.
-	O homem apontado como autor afirmou que reagiu após ter sido ofendido.
-	Foi identificada a possível existência de imagens da câmera instalada no quiosque.

Entre os relatos a seguir, o que apresenta padrão técnico mais adequado de comunicação e registro é

- A) “Às 18h20, a equipe atendeu uma briga provocada por indivíduo agressivo, que empurrou outro homem e tentou justificar a conduta alegando ter sido ofendido.”
- B) “Às 18h20, a equipe controlou uma discussão na praça, identificou os envolvidos e solicitou atendimento ao homem que apresentava escoriação no braço.”
- C) “Às 18h20, a equipe atendeu um desentendimento possivelmente motivado por ofensas anteriores e registrou que um dos envolvidos sofreu queda após ser empurrado.”
- D) “Às 18h20, a equipe interveio em discussão próxima ao quiosque, separou os envolvidos, solicitou atendimento ao homem com escoriação e registrou a declaração da testemunha, a versão do homem apontado como autor e a possível existência de imagens.”
- E) “Às 18h20, a equipe compareceu à praça, separou os envolvidos, adotou as providências cabíveis e registrou que a ocorrência foi controlada sem outras intercorrências.”

QUESTÃO 41

Após vários dias de chuvas intensas, a Guarda Civil Municipal recebeu comunicação da Defesa Civil informando a existência de risco elevado de deslizamento em uma encosta próxima a uma área residencial. No momento da chegada da equipe, não havia registro de vítimas nem de desmoronamento, mas alguns moradores resistiam à orientação para deixar o local.

À luz dos princípios da proteção e defesa civil, a atuação inicial mais adequada da equipe é

- A) permanecer no local apenas para controlar o trânsito, aguardando a confirmação do deslizamento antes da adoção de outras providências.
- B) orientar os moradores sobre o risco identificado, apoiar as medidas de evacuação definidas pela Defesa Civil, isolar a área de maior perigo e comunicar continuamente a evolução da situação aos órgãos responsáveis.
- C) permitir a permanência das pessoas que declararem assumir os riscos, restringindo a intervenção aos imóveis situados na parte mais elevada da encosta.
- D) realizar vistoria técnica nos imóveis para definir quais residências deverão ser interditadas, comunicando posteriormente a decisão à Defesa Civil.
- E) aguardar manifestação formal do proprietário de cada imóvel antes de colaborar com as medidas de retirada preventiva da população.

QUESTÃO 42

Em razão de chuvas intensas, um Município declarou situação de emergência após o transbordamento de um rio, com alagamentos em diversos bairros, interrupção de vias de acesso e necessidade de remoção de famílias para abrigos temporários.

Durante a resposta ao desastre, a Guarda Civil Municipal passou a atuar em conjunto com a Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, serviços de saúde e demais órgãos municipais.

Considerando a situação apresentada, a Guarda Civil Municipal deve

- A) coordenar as avaliações técnicas destinadas à classificação dos danos estruturais das edificações atingidas, definindo as áreas em que a população poderá retornar.
- B) elaborar o plano municipal de reconstrução das áreas afetadas, estabelecendo prioridades para a execução das obras públicas emergenciais.
- C) executar as perícias destinadas à identificação das causas do desastre, produzindo os laudos técnicos que fundamentarão as medidas administrativas posteriores.
- D) colaborar com as ações integradas de proteção da população, apoiando o isolamento das áreas de risco, o controle de acesso, a orientação da comunidade, a segurança dos abrigos e o suporte operacional às equipes integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.
- E) substituir a Defesa Civil na coordenação das ações de resposta quando o desastre envolver bens públicos municipais ou comprometer serviços essenciais do Município.

QUESTÃO 43

Na realização do patrulhamento em uma praça pública, uma equipe da Guarda Civil Municipal encontrou um homem em situação de rua dormindo sob uma marquise. Comerciantes solicitaram sua retirada, alegando que a presença dele prejudicava o funcionamento dos estabelecimentos. O homem não apresentava comportamento agressivo, não impedia a circulação de pessoas e informou que não possuía local para permanecer naquela noite.

Com base na proteção dos direitos humanos fundamentais e a atuação da Guarda Civil Municipal, a conduta mais adequada da equipe é

- A) retirar o homem da praça e conduzi-lo para outra região do Município, evitando que sua permanência continue gerando conflitos com os comerciantes.
- B) advertir o homem de que o uso prolongado do espaço público caracteriza ocupação irregular e determinar que ele deixe o local antes da adoção de medidas coercitivas.
- C) verificar a existência de risco à pessoa ou à coletividade, tratá-la com respeito, prestar orientações e acionar, quando cabível, a rede municipal de assistência social, sem impor sua retirada com fundamento apenas na condição de pessoa em situação de rua.
- D) encaminhar o homem à unidade policial para identificação e avaliação de seus antecedentes, utilizando o resultado da consulta para decidir sobre sua permanência na praça.
- E) atender à solicitação dos comerciantes e remover os objetos pessoais deixados sob a marquise, preservando o uso econômico e regular do espaço público.

QUESTÃO 44

Considere que uma mulher compareceu a uma unidade municipal acompanhada de seu filho de 10 anos e relatou ter sido ameaçada pelo companheiro, que permanecia nas proximidades da residência. A criança havia presenciado episódios anteriores de violência e demonstrava medo de retornar ao imóvel. A mulher informou que precisava buscar documentos e medicamentos na residência, mas receava encontrar o agressor.

Com base na situação apresentada, a Lei Maria da Penha, a proteção da criança e a atuação inicial da Guarda Civil Municipal, a conduta adequada consiste em

- A) realizar o registro inicial, encaminhar a mulher e a criança à rede socioassistencial e aguardar a avaliação dos órgãos especializados antes de adotar medidas relacionadas ao retorno à residência.
- B) avaliar as condições de segurança, adotar as medidas imediatas de proteção e articular o atendimento com os órgãos competentes, considerando também a situação da criança.
- C) acompanhar a mulher até a residência para a retirada dos objetos necessários e, concluída essa providência, orientá-la a procurar os serviços especializados do Município.
- D) comunicar a situação à autoridade policial e ao Conselho Tutelar, mantendo a mulher e a criança na unidade municipal até que esses órgãos assumam diretamente o atendimento.
- E) priorizar o acolhimento da criança pela rede de proteção e orientar a mulher a formalizar separadamente a ameaça sofrida perante a autoridade competente.

Após conter um homem suspeito de praticar roubo em uma feira municipal, uma equipe da Guarda Civil Municipal constatou que ele apresentava escoriações decorrentes de agressões praticadas por populares antes da chegada dos agentes. Já imobilizado, o suspeito passou a relatar dificuldade para respirar. Algumas pessoas exigiram que ele permanecesse exposto no local até a chegada da imprensa e tentaram fotografá-lo de perto.

Diante da situação, a atuação compatível com a proteção dos direitos humanos consiste em

- A) manter o suspeito no local até a completa identificação das testemunhas, utilizando sua exposição pública como meio de facilitar o reconhecimento pelas vítimas.
- B) permitir o registro de imagens pelos presentes, desde que os agentes impeçam novas agressões e preservem a continuidade da apuração criminal.
- C) priorizar a condução imediata à unidade policial, deixando a avaliação das lesões para depois do registro formal da ocorrência, a fim de preservar a sequência dos atos procedimentais.
- D) retirar o suspeito da presença do público e aguardar a chegada da autoridade policial, evitando intervenções adicionais que possam modificar suas condições físicas antes da apresentação.
- E) protegê-lo contra agressões e exposição degradante, providenciar atendimento médico e registrar as circunstâncias antes de apresentá-lo à autoridade competente.

* * * * *